

LIVROS RECENTES E DEBATES CONTEMPORÂNEOS*

Comentário Crítico pelo Editor

How Asia Works: Success and Failure in the World's Most Dynamic Region

Joe Studwell

Grove Press, 25 Junho 2013

320 pp.

O Problema da Europa com a Emergência da Ásia: A Integração Económica da Eurásia e a Região Ásia-Pacífico

Nos anos 1980, a última década da Guerra Fria, a linha da frente, na geografia mundial das grandes economias de mercado, era definida pelo que, então, se designava a Tríade, os Estados Unidos, a Europa e o Japão. Na Ásia, o mapa era suplementado pelo chamados Tigres Asiáticos, as economias da Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura. Os outros entrepostos eram a Austrália e a Nova Zelândia, no Pacífico Sul, e o Canadá. Durante os anos 1990, iniciou-se uma viragem no mapa da economia mundial que é, normalmente, definida como a emergência da Ásia, o que

* Ensaios de revisão acerca de livros publicados durante o mesmo semestre, ou no final do semestre anterior da edição de cada número de *Interações*.

significa, em particular, a emergência da China, e, num sentido, mais geral, a emergência da região Ásia-Pacífico. O significado desta mudança é, em última instância, a formação da própria economia global, no sentido de uma economia mundial crescentemente interdependente e integrada. Na verdade, a Ásia é feita de muitas Ásias. Joe Studwell, um jornalista económico que cobriu, durante vários anos, países da região procura abordar esta diversidade, do ponto de vista da história económica, explicando, na sua perspetiva, por que certos países asiáticos se desenvolveram e outros não.

O autor classifica, desta forma, os casos de sucesso e os casos de fracasso na economia asiática. O sucesso são o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e China. O fracasso é representado pelas Filipinas e a Indonésia. No meio-termo, estão, de diferentes formas, a Tailândia, Malásia, Vietnam e Índia. Neste sentido, são deixados de fora, na análise, os casos extremos, o que poderíamos chamar as situações de supersucesso, Singapura e Hong Kong, e os casos de superfracasso, Coreia do Norte, Camboja, Laos, Mianmar e Bangladesh. O rico e perdulário Brunei também não consta da abordagem, constituindo uma espécie de fusão entre supersucesso e superfracasso, porque, ao contrário das outras micro-entidades, Singapura e Hong Kong, o sultanato do Brunei afunda-se nos recursos do petróleo, sem produzir nada.

Assim, Studwell apresenta uma fórmula em três pontos que considera a chave da história das políticas de desenvolvimento que garantiram, segundo essa opinião, o desenvolvimento económico sustentado, em alguns países da região asiática. Primeiro, uma política agrícola baseada na reforma agrária, para criar uma classe de agricultores modernos que investem na produção de alimentos para exportação. Em segundo lugar, o apoio dos governos ao setor industrial manufaturado e exportador, o que, em parte, resulta de uma sinergia entre política agrícola e política industrial, porque os impostos da produção e comércio agrícola são investidos em infraestrutura e apoios industriais, além de um incentivo à atualização tecnológica em ambos os sectores, agrícola e manufaturado. O terceiro elemento desta explicação é o controlo do fluxo de capitais e a regulação do sistema financeiro. Neste sentido, os três pontos da fórmula de desenvolvimento dependem, nessa perspetiva, de governos fortemente intervencionistas que continuam a dirigir as reformas na área agrícola, industrial e financeira.

Na verdade, este esquema não é outra coisa, o próprio autor o afirma, do que a aplicação do clássico esquema dos estágios do crescimento económico de Rostow. O que Studweel pretende dizer é, utilizando a terminologia de Rostow, que alguns paí-

ses conseguem dar o salto, o take-off, enquanto outros têm take-offs mais ou menos abortados, ou mantêm-se em permanente estagnação nacional. Por outro lado, o uso deste esquema reflete, ainda, o criticismo da desregulação económica que passou a influenciar o clima político e económico, com a crise financeira pós-2008, resgatando um antigo argumento de que o protecionismo é importante e necessário para as primeiras fases do arranque industrial sustentado, tornando-se um jogo perigoso para países pobres que abrem demasiado os seus mercados. A crise financeira asiática, em 1997, que atingiu, particularmente, a Indonésia e a Tailândia, é apresentada como o exemplo, por excelência, de como a desregulação pode expor, perigosamente, as economias com fraca defesa ao risco e ao contágio.

O uso de argumentos rostowianos – que foram criados para a explicação da história económica industrial, num mundo, então, baseado em nacionalismo económico e ritmos médios de mudança tecnológica – para compreender as economias pós-industriais, financializadas, movidas pela globalização e com uma vertiginosa mudança tecnológica, serve sobretudo como um estratagema para explorar uma receita fácil. Reportadamente, o objetivo do autor é instruir, de uma forma concisa, um público não-académico acerca da compreensão das economias da Ásia e por que esta é, ‘a região mais dinâmica do mundo’. O problema reside, porém, na completa ausência de uma visão contemporânea sobre este dinamismo. A própria divisão entre casos de sucesso e casos de fracasso não corresponde a motivos generalizáveis. Em particular, o que faz o sucesso da China, na economia mundial, não é o que faz o sucesso de Taiwan, nem o sucesso japonês e sul-coreano. A China tira partido de condições únicas, em termos de população e organização que tornaram o espaço chinês a área fundamental da deslocalização da economia manufaturada dos países ricos, os Estados Unidos em primeiro lugar.

Além disso, um dos aspetos, em termos económicos, que distingue o gigantismo da China, em relação ao gigantismo da Índia, os dois países mais povoados do mundo, cada uma com cerca de um bilião e trezentos milhões de habitantes, é que o governo chinês tem um marcado controle dos fluxos de migração de mão-de-obra interna, enquanto a desorganização da Índia, neste ponto, é mais parecida com o Brasil, países com grandes recursos, efetivos ou potenciais, mas não têm as pessoas onde precisam delas, incluindo o investimento em formação. Ou seja, o capitalismo chinês capitalizou os mecanismos de controlo dos movimentos da população do tempo do comunismo. De igual modo, o governo chinês é também intervencionista, como se sabe, no sistema financeiro e no câmbio do yuan, mas, em vez de isto cons-

tituir uma base do sucesso do mercado chinês gerou, de facto, uma bolha financeira e imobiliária que representa uma significativa causa de preocupação de um colapso do modelo chinês de misturar liberalismo com iliberalismo económico e político.

Outro expressão importante da falta de uma abordagem contemporânea sobre a realidade das economias asiáticas, no livro de Joe Studwell, é a ausência de uma perspectiva euro-asiática, no sentido do movimento de integração, ao longo do espaço transcontinental euro-asiático, que constitui uma das tendências determinantes no futuro da economia mundial. É um facto reconhecido que regionalismo e globalização são as duas faces da mesma realidade, de modo que uma grande economia apenas se integra, de forma robusta, na economia mundial, quando tem uma boa integração regional, na sua própria região do mundo. O projeto da União Europeia é precisamente esse, a ideia de que as economias europeias precisam do aprofundamento da integração, na própria Europa, para se tornarem mais competitivas, a nível global. Um fator fundamental no sucesso da China é que a economia chinesa, está cada vez mais, integrada na economia da Ásia, o que tem sido referido, em particular, com a ideia da Nova Rota da Seda e que não se reduz à disseminação de produtos baratos da indústria chinesa. Neste sentido, as relações do Medio Oriente com a economia chinesa têm aumentado, conforme, em particular, os micro-estados do Golfo, os Emiratos Árabes Unidos e o Qatar, sobretudo, pretendem transformar-se no eixo giratório das comunicações aéreas e da circulação financeira e de mercadorias entre o Médio Oriente e a restante região asiática. Por isso, a ideia de Nova Rota da Seda, incluindo os aquedutos de petróleo da Ásia Central para a China, é apenas uma visão parcial deste dinamismo, uma vez que o aumento da circulação económica no Mar Índico, muito para além da rota dos petroleiros, é, hoje, uma dimensão crucial da interação e integração transcontinental, ao longo da Ásia.

Mais uma vez, a comparação entre a China e a Índia pode ajudar. O problema da Índia é que tem apostado em se tornar um destino da deslocalização, em particular, na área da informática, mas, ao mesmo tempo, a economia indiana continua pouco integrada nas economias asiáticas, uma situação que, até certo ponto, é influenciada pelo atrito político com o Paquistão e na permanente e grave crise de segurança no Afeganistão. Este último é, também, por isso, um campo de conflitos por procuração da rivalidade entre a Índia e o Paquistão, conforme o Paquistão apoia os Taliban como uma forma, segundo o discurso paquistanês, de evitar a intromissão indiana no Afeganistão e o subsequente cerco do Paquistão pela Índia.

Neste contexto, é importante, por outro lado, que a Ásia Central foi, a partir do

século 15, o ponto de interseção entre o império otomano, os khanatos mongóis e o império chinês, a que, mais tarde, se vieram juntar a Rússia imperial e, finalmente, o Raj britânico na Índia. Ou seja, o fim da antiga rota da seda foi influenciado, em larga medida, pela cristalização de estruturas imperiais que concentravam, naquele ponto, o limite das suas esferas de influência e rivalidade, fazendo da Ásia Central, também designada como Eurásia Central, simultaneamente, um ponto de conexão e paralisia. O auge histórico desta situação foi, na verdade, a própria Guerra Fria, quando a fronteira asiática do império soviético era demarcado pelas antigas repúblicas soviéticas da Ásia Central. Hoje, a região está a recuperar o seu significado como eixo de conexão entre ocidente e oriente, num fluxo euro-asiático de comércio, redes de comunicação e oleodutos, incluindo também as economias ilícitas do tráfico de drogas, armas e extremismo.

Na Rússia da era Putin, há uma marcada predileção pelo uso de um sentido estreito de Eurásia para referir a Ásia Central pós-soviética que, mesmo com o fim da União Soviética, o poder russo considera como parte intrínseca da esfera de influência e segurança da Rússia. Na verdade, no jargão político russo, a própria Rússia é também apelidada de Eurásia, para enfatizar a mega identidade geopolítica russa que constitui, simultaneamente, um país da Europa e da Ásia. Ao mesmo tempo, no entanto, a Rússia é um caso flagrante de desaproveitamento do potencial económico da sua privilegiada posição euro-asiática. Da mesma forma que países como o Irão, a Arábia Saudita e a Venezuela, a economia russa tornou-se, com o fim do comunismo, fundamentalmente dependente das exportações de gás e petróleo, continuando a lógica de dependência do extrativismo de recursos naturais que caracterizou a exaurida economia da União Soviética.

O que está em causa, desta forma, é que um conceito demasiado orientalizado de Ásia, ou seja, as regiões do Extremo Oriente, Sudeste Asiático e Ásia do Sul, não reflete o facto de que a emergência económica da Ásia é, cada vez mais, uma dinâmica transcontinental, ao longo do vasto espaço euro-asiático, conforme as economias das diversas Ásias estão em crescente conexão e interdependência. Neste sentido, é frequentemente esquecido o facto de que o Médio Oriente é Ásia também e, desta forma, no que se refere à Europa, a Ásia começa muito próxima, nos estreitos do Bósforo e Dardanelos na entrada da Turquia. Por outro lado, é também frequentemente esquecido que a própria Europa tem, hoje, um desafio euro-asiático de primeira importância, no que se refere ao futuro da economia do bloco europeu. Assim, a convicção de que o avanço da integração regional é um fator importante para

a integração global da Europa precisa ser colocado em perspectiva com o facto de que a dinâmica de integração económica da Ásia começa a bater à porta da Europa. O problema da Europa é, neste sentido, uma fraca integração nas economias euro-asiáticas, para além dos fluxos de hidrocarbonetos da Rússia e do Médio Oriente. Como acontecia no passado, com o império russo e o império otomano e, depois, com a União Soviética, a órbita russa e a órbita muçulmana ainda demarcam, em larga medida, as fronteiras económicas da Europa de hoje, conforme os problemas políticos e de segurança estratégica criam um importante travão na integração das economias europeia, russa e do Médio Oriente.

Neste sentido, se os problemas estruturais da Europa costumam ser identificados com os atropelos e contratempos no aprofundamento da integração económica, financeira e fiscal da Europa, a crise do euro, em particular, a questão é, de igual modo, que a Ásia está a aproximar-se mais depressa da Europa do que a Europa se está a aproximar da Ásia. Isto não apenas em termos de números, no que respeita ao volume económico, mas, em particular, do ponto de vista, do crescimento das relações transcontinentais das economias euro-asiáticas, de que a economia da Europa faz parte. Ou seja, o discurso europeu continua ainda fundamentalmente ligado à questão da integração continental, quando o desafio de futuro é, também, a integração transcontinental mais alargada, na dinâmica económica da Eurásia. Mas, ao mesmo tempo, esta dinâmica euro-asiática tem, por outro lado, uma dimensão intercontinental. Este último aspeto é a realidade da região Ásia-Pacífico.

Enquanto conceito económico e estratégico, a região Ásia-Pacífico não inclui apenas a China, Rússia, Sudeste Asiático, Japão e os arquipélagos das Filipinas, Indonésia e Australásia, mas, de igual modo, os Estados Unidos e o Canadá, embora a posição americana, neste campo, como noutros, é incomensurável. Na verdade, uma dimensão crucial da posição dos Estados Unidos no mundo é que a América do Norte está situada entre o Atlântico e o Pacífico, com porta, portanto, para as duas extremidades do continente euro-asiático. E, desde 1945, como se sabe, a América é parte integrante do sistema de segurança e economia da Eurásia, com a aliança transatlântica com a Europa e a aliança transpácífica com o Japão, Coreia e Filipinas. De forma crescente, os países da costa do Pacífico, na América Latina, têm também beneficiado de um novo fluxo transpácífico e transnacional entre a Ásia e as Américas em geral. Neste contexto, a questão de que grande parte da produção industrial americana se encontra, hoje, deslocalizada na China deve ser também observada, sob a perspectiva de que os Estados Unidos são parte integrante da própria emergência da

Ásia. Mas a Europa, que se encontra situada no continente euro-asiático, continua ainda a ver a Ásia como 'o outro' da Europa, perdendo tempo, influência e senso de oportunidade.

Estas são questões cruciais para uma visão contemporânea da dinâmica das economias asiáticas, na realidade do mundo de hoje, que inteiramente faltam ao livro de Joe Studwell. Por que, então, dar importância ao livro? Por causa do impacto que o livro tem tido, desde que foi lançado há cerca de seis meses. O autor conseguiu chegar ao público alargado que pretendia, sendo a sua fórmula observada como uma ferramenta útil e concisa para compreender a posição e significado da economia asiática, na era global, quando, de facto, o livro apenas recicla os clichés cansados da teoria do desenvolvimento do século 20. Esta mistura de filistinismo e pretensão revela um problema fundamental de hoje. Por um lado, nunca se publicou tanto, como atualmente, mas nunca se publicou tanta irrelevância. Por outro lado, o público ocidental e americano, em particular, com mais acesso ao conhecimento e com maior influência, deixa-se levar, frequentemente, por visões de segunda categoria revestidas com a aura obsoleta da descoberta da pólvora. Pior do que o poder da ignorância é a ignorância no poder.